

O CAPITALISMO INTEGRADO EM ADOLF AUGUSTUS BERLE JUNIOR E WALTHER RATHENAU: UM ESTUDO SOBRE HISTÓRIA DAS IDEIAS E A TECNOCRACIA

The integrated capitalism in Adolf Augustus Berle Junior and Walther Rathenau: a study of the history of ideas and the technocracy

Alexandre de Paula Meirelles¹

Resumo

O presente trabalho tem como intenção estabelecer uma conceituação a respeito da tecnocracia dentro da História Contemporânea do Capitalismo, utilizando-se das reflexões feitas pelo marxista João Bernardo e, a posteriori, estabelecer um estudo comparado e introdutório sobre a política tecnocrática e corporativista nas obras de Adolf Augustus Berle Junior e Walther Rathenau.

Palavras-chave: Adolf Berle Junior. João Bernardo. Tecnocracia. Walther Rathenau.

Abstract

This paper is intended to establish a concept about the technocracy within the Contemporary History of Capitalism using the reflections made by Marxist João Bernardo and subsequently establish a comparative study and introductory on technocratic and corporatist policy in the works of Adolf Augustus Berle Junior Walther Rathenau and.

Key words: Adolf Berle Junior. João Bernardo. Technocracy. Walther Rathenau.

Introdução

Os estudos sobre a tecnocracia no campo das Ciências Humanas em geral tem deixado a desejar quando se engaja no estudo do tema, primeiramente porque não conseguem sistematizar de maneira coerente ou significativa o papel fidedigno que a tecnocracia exerce ou influência no interior dos processos produtivos, ou seja, a tecnocracia é entendida muitas vezes como uma mera ferramenta com uma função diminuta pouco determinante no que se refere principalmente ao poder decisório da organização das empresas, estruturas políticas e sociais. Também é importante ressaltar que o tecnocrata é principalmente dentro da historiografia marxista confundido ou conceituado como um burguês ou quando muito é entendido como um aliado ou associado menor da burguesia. No que se alude à História, alguns autores como Carlos Estevam Martins em suas obras de 1974² e 1975³ chega a afirmar

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Professor de História Contemporânea na Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Unidade Universitária de Iporá. E-mail: alexandre.meirelles@ueg.br

² *Tecnocracia e Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.

³ *A Tecnocracia na História*. São Paulo: Alfa Ômega.

que a tecnocracia não tem uma tradição histórica na produção de seu campo ideológico, ou seja, que não há uma linearidade ou reconhecimento entre si dos escritores que apresentaram uma visão de mundo tecnocrática ou sistematizaram propostas para a formação de Estados e demais organizações tecnocráticas.

Ao discordar dessa tipologia de estudos referidos no parágrafo anterior que o presente trabalho tem como objetivo primeiramente apresentar uma conceituação eficaz acerca do tema e assim repensar o papel da tecnocracia nos processos produtivos. Num segundo momento trataremos de apresentar uma breve discussão que exibirá ao leitor/pesquisador um pouco das ideias contidas nas obras de alguns autores que se tornaram referência nos estudos de organização do capitalismo e se toraram referência nos estudos de administração de empresas, economia e legislação nas quais estão presentes não só a influência da tecnocracia bem como uma linearidade na sua forma de pensamento a partir das experiências históricas. Nesse sentido destacaremos alguns autores dando ênfase a dois escritores principais: Adolf Augustus Berle Junior e Walther Rathenau no intuito de realizar um estudo comparado que apresente a tecnocracia nas ideias dos autores.

É necessário enfatizar que a escolha dos autores se dá mediante a sua participação política, institucional em processos históricos distintos, no caso de Adolf Berle Junior, destaca-se sua participação enquanto um dos formuladores e idealizadores do New Deal que fez parte da política de recuperação da economia e sociedade estadunidense do Presidente Franklin Roosevelt. Já Walther Rathenau tem dentro da sua trajetória a participação efetiva na política alemã desde o Kaiserreich até a República de Weimar. Não queremos aqui dizer que a tecnocracia não foi determinante ou irrelevante em outros desenvolvimentos históricos capitalistas, mas porque a notoriedade do desenvolvimento capitalista de Estados Unidos e Alemanha têm marcados em sua História o Nazi-fascismo e o New Deal respectivamente, e em comum aos dois a expressividade do fenômeno do Corporativismo no período compreendido como *Entre Guerras*⁴.

O desenvolvimento do Corporativismo nestes países é marcado por um processo de reorganização econômica com características muito próximas que nos permite pensar em uma *fenomenologia* que evidencia a tecnocracia sob um papel central dentro destes desenvolvimentos capitalistas. O primeiro elemento que podemos destacar é o deslocamento

⁴ Período correspondente ao fim da Primeira Guerra Mundial em 1918 e o início da Segunda Guerra Mundial em 1939. É válido ressaltar que o Corporativismo não foi pensado e implementado apenas em Alemanha e Estados Unidos, mas no período compreendido entre as Grandes Guerras, podemos também citar aqui o advento do mesmo no Fascismo Português, o Salazarismo, o Fascismo Italiano de Mussolini e mesmo na Era Vargas no Brasil.

da própria burguesia no papel decisório dos processos produtivos em detrimento de uma nova classe organizadora do capitalismo, os “Gestores” que também podem ser entendidos como managers, administradores de empresas, ou profissionais que detém o conhecimento técnico-científico de gestão e produção.

Outro artefato que podemos acrescentar é a questão é a mudança do papel jurídico exercido pela propriedade: O advento das Grandes Corporações Modernas potencializou um processo de dispersão da sua propriedade por meio da venda de ações e nesta disseminação de ações a propriedade deixava então de ser ativa (de um único dono) para ser passiva (com milhares de proprietários) fazendo com que uma pessoa sozinha não fosse capaz de controlar a empresa tendo que ceder então o poder para os profissionais de conhecimento gerencial e técnico tornando-se apenas um mero especulador do lucro gerado pelas ações. Tal fenômeno permitiu o advento de uma nova tipificação de racionalidade capitalista que colocava em xeque toda a ideologia do liberalismo econômico em meados do século XX, pois a empresa então consegue angariar recursos de maneira independente não dependendo mais da ajuda financeira de bancos e das decisões de seus conselhos se tornando uma empresa gigante favorecendo a existência dos monopólios, pois, acaba por engolir as empresas menores, se tornando praticamente dona do mercado. As empresas grandes não concorrem entre si, há um respeito entre o espaço de mercado entre as Grandes Corporações. Engolindo a pequena empresa, a grande empresa adquire também seu mercado e dessa forma vai sendo formado os monopólios e oligopólios. Para o Estado é muito mais simples regular esses monopólios e também de se estabelecer parcerias onde as Grandes Corporações podem atingir áreas que nem o Estado ou a livre-iniciativa conseguiram.

Presente também enquanto fenômeno do Corporativismo e talvez o mais importante a ser colocado aqui são as respostas que os tecnocratas deram para solucionar os problemas referentes aos trabalhadores como greves, revoltas paralizações e a histórica formação histórica dos conselhos operários. Dentro destas soluções está imbuída a fundamentação de um discurso que rejeita o liberalismo econômico e ao mesmo tempo tenta refutar as teses criadas pelo anarquismo e o marxismo fazendo do discurso do Corporativismo um discurso que tenta mascarar a luta de classes, colocando o mesmo como um pacificador das tensões sociais. Podemos dar a esse fenômeno o nome de “*Política do Não Conflito*”.

Tendo em vista os problemas que apontamos na sessão seguinte faremos uma discussão de cunho teórico no intuito de responder algumas destas questões partindo de uma fundamentação que leva em conta a tecnocracia sob um papel central dentro do

desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, dessa forma destacamos aqui a obra de João Bernardo e Mauricio Tragtenberg que tiveram em suas obras uma percepção peculiar sobre o tema. Desta forma trabalharemos aqui com a ideia de que o Capitalismo tem como característica a *integração* dos processos produtivos e não a sua diferenciação, ou seja, trabalharemos a ideia de *Capitalismo Integrado*.

O Capitalismo Integrado: uma definição conceitual para entender a tecnocracia.

Em sua obra *Economia dos Conflitos sociais* (2009) João Bernardo defende a tese de que o capitalismo consiste em uma relação social globalizada no qual sua característica principal é a integração dos processos produtivos. Sob essa característica do capitalismo, evidencia o autor que o modelo proposto por Karl Marx não era suficiente para explicar as mudanças que aconteceram no século XIX (BERNARDO, 2009, p. 211).

O modelo proposto por João Bernardo leva em consideração o marxismo apresentando novas críticas a leitura do materialismo histórico e a disposição da mais-valia no Capitalismo. Diferente de Marx destaca fervorosamente a questão da integração econômica, dizendo que essa integração pressupõe a diferenciação recíproca dos processos produtivos, com a integração se realizando de forma hierarquizada, onde em uma posição dominante estão os processos de produção que tem o maior número de efeitos tecnológicos em cadeia, isso porque seu produto final “output” serve de produto inicial a um maior número de outros processos. As inovações tecnológicas se propagam por toda a economia e os custos da reorganização da fabricação são muitíssimos menores do que seriam se o aumento geral da produtividade fosse devido à soma da reorganização de cada uma das unidades produtivas particularmente consideradas. A esses processos fundamentais necessários a integração das unidades econômicas no nível da própria atividade produtora, João Bernardo dá o nome de *Condições Gerais de Produção* (CGP).

As CGP não se limitam apenas ao que se denomina de infraestrutura, mas abarca todo o campo tecnológico, as relações sociais de produção se articulam com a realização material. As unidades que não desempenham qualquer função de CGP são denominadas por João Bernardo como Unidades de Produção Particularizadas (UPP), seus produtos finais servem de produtos iniciais a um número reduzido de outros processos e não desempenham funções básicas nem centrais na propagação dos aumentos da produtividade. João Bernardo ainda diz que em qualquer forma de seus estágios históricos e formas, o capitalismo exige a integração/diversificação, que resulta na integração de CGP e UPP. Para João Bernardo não

ocorreu nenhuma evolução de uma fase “mítica” de livre-concorrência, em que todas as unidades produtivas funcionassem numa completa particularização recíproca para uma fase de integração. A integração é característica histórica do capitalismo desde o seu início, pois é ela que faz com que os mecanismos de mais-valia relativa se processem e sejam responsáveis pelo desenvolvimento do modo de produção.

Com esse conceito de integração que João Bernardo (2009) desenvolve um modelo no qual demonstra como se comportam os níveis de poder criando os conceitos de Estado Amplo e Estado Restrito. O Estado ao longo da história para o autor revelou-se como aparelho de poder das classes dominantes que no ponto de vista dos trabalhadores neste Estado também se inclui as empresas. No interior destas empresas o autor considera que os capitalistas são legisladores, superintendem as decisões tomadas e são árbitros das infrações cometidas constituindo outra forma de poder concentrado e absoluto esquecido pelos teóricos clássicos ou até mesmo omitido. Esses capitalistas estão inteiramente ligados à capacidade de organizar o processo produtivo que tem como resultado organizar os trabalhadores impondo-lhes uma disciplina. Essa função de organizar, legislar, policiar, Bernardo (2009) considera como uma multiplicidade de funções de um capitalista dentro de uma empresa na qual ele conceitua de Estado Amplo. Esta forma de poder constitui-se pelos mecanismos de produção da mais-valia, processos que asseguram ao capitalismo e aos capitalistas a continuidade da exploração. Assim o Estado Amplo se define entre os limites da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa, no qual a sua história é determinada através destes ciclos, onde o autor considera que as diferenças entre os sistemas de organização das empresas em várias épocas e regiões é a diferença entre os tipos de extorsão da mais-valia. O Estado em seu sentido clássico é chamado por Bernardo (2009) de Estado Restrito, que considera o espaço das relações realizadas estritamente entre capitalistas, o processo de sua organização depende da forma na qual as classes capitalistas estão também organizadas. Pressupondo a integralidade do capitalismo é possível enxergar a existência de uma articulação entre a esfera de poder clássica e a esfera de poder do capitalismo em exercício na forma de empresas, que o autor considera que quanto mais reduzidas às possibilidades de concentração de capital os laços entre os capitalistas serão minguados. Para Bernardo (2009) existe uma tendência histórica decisiva na articulação entre essas duas formas de poder, que define a conjuntura da integração econômica.

Na fase inicial do capitalismo, a incipiência dos mecanismos da mais-valia relativa levava a que fosse ainda reduzido o grau de integração das unidades de produção. Assim, em comparação com o que veio a ocorrer depois, as

empresas encontravam-se reciprocamente particularizadas e, como elas são os elementos originários constitutivos do Estado A (Amplio), tal situação implicava que este tipo de Estado não alcançara uma consistência interna que lhe permitisse funcionar unificadamente. Por isso a superestrutura política correspondente à centralização econômica desenvolvia-se numa instituição exterior a cada empresa propriamente dita, o Estado R (Restrito), que mantinha uma relação direta, quando não mesmo exclusiva com as CGP. Cabiam-lhe então as funções mais importantes na integração e na coordenação econômica global, sendo esta fase em que o Estado R desempenhou o papel principal na constituição das CGP, quer tomando a iniciativa, assegurando a sua execução e carregando-se depois do posterior controle; quer estimulando nesse sentido empresas de propriedade particular e subsidiando os seus investimentos ou, pelo menos, garantindo-os com fundos mantendo normalmente o nível do Estado A, a que pertenciam, entravam em relações de tipo especial com o Estado R, que nelas podia intervir na medida em que fiscalizava em última instância o funcionamento das CGP e controlava-as indiretamente (BERNARDO, 2009, p. 220).

A partir dessa articulação entre Estado Amplio e Estado Restrito são determinados pelos ciclos da mais-valia, o que significa que a partir da luta de classes que se estreitam os laços de colaboração intercapitalistas no sentido de reforçar as instituições centralizadoras, que para o autor existem desde os primórdios do capitalismo, essa articulação é responsável por tornar cada vez menos dispersa a disposição das empresas na integração econômica, ou seja, os Estado Restrito é que na fase inicial se torna responsável em garantir que estas empresas ajustem seu poder, estão sempre em colaboração, que tem seu eixo de continuidade na planificação da economia e do conflito com os trabalhadores surgem às necessidades de maior intervenção no intuito de garantir a longevidade da absorção da mais-valia que passará de seu caráter absoluto para o seu caráter relativo determinando a consistência do Estado Amplio. O grau de consistência do Estado Amplio revela a sua capacidade de funcionar de forma unificada sendo capaz cada vez mais de assumir o papel centralizador. Concluindo, “a superestrutura política evolui no sentido do reforço do Estado A (Amplio) e das suas funções centralizadoras, com a conseqüente redução da esfera de poder do Estado R (Restrito) e o enfraquecimento de suas instituições” (BERNARDO, 2009).

Dessa forma surge o corporativismo enquanto forma de organização política que é definido pelo autor através de três elementos: o conjunto das instituições que compõem o Estado Restrito, ou seja, os poderes legislativo, judiciário e executivo, as associações de capitalistas ou qualquer agrupamento de empresas em que prepondera o grande capital e as instituições encarregadas diretamente pela organização da força de trabalho e do mercado de trabalho, ou seja, as administrações das empresas e os sindicatos burocratizados.

No sistema de integração dos processos produtivos explicado por João Bernardo se distinguem no grupo social dos capitalistas a particularização e a integração que define as

características de duas classes capitalistas, os “burgueses” e os “Gestores”. A burguesia corresponde ao funcionamento das unidades econômicas enquanto unidades particularizadas já os gestores são definidos em funcionamento das unidades econômicas relacionadas com o processo de globalização. Ambas são classes capitalistas que se apropriam da mais-valia com o poder de controlar e organizar processos de trabalho encontrando-se do mesmo lado no que diz respeito ao antagonismo com a classe trabalhadora. Estabelecem também antagonismo entre si e por isso são definidos como classes distintas. Suas distinções são encontradas pelas diferentes funções que desempenham no capitalismo, pela superestrutura jurídica e ideológica que lhes dizem respeito por suas origens históricas diferentes. A divisão entre as esferas de atuação da burguesia e dos gestores não corresponde à distinção entre as Unidades de Produção Particularizadas e as Condições Gerais de Produção. A primeira historicamente tratou de ser o campo de privilégio da burguesia por ter a característica mais reduzida de integração econômica. As CGP por outro lado acabaram por ser um campo privilegiado dos gestores por conta da característica de estabelecer a inter-relação dos processos produtivos. A hegemonia de cada grupo enquanto detentor de maior poder é explicada pela articulação entre o Estado Amplo e o Estado Restrito. (BERNARDO, 2009, p. 271).

O que diferencia a classe da burguesia da classe dos gestores corresponde à diferença entre as suas origens históricas. Os primeiros, foram os que forneceram matérias-primas para trabalhadores em áreas rurais que “com seus próprios instrumentos de produção e a troca de uma forma de salário, convertiam-nas em produto acabado ou semiacabados, entregue em seguida ao mesmo negociante empregador” (BERNARDO, 2009, p.276), o tempo tratou de conduzir estes a se tornarem os primeiros empresários capitalistas com a mão de obra convertida em força de trabalho do capital criando as bases da grande indústria e da nova tecnologia, transformando consequentemente à sociedade agrária findando os fundamentos da economia pré-capitalista. Já os gestores segundo Bernardo (2009) formaram-se a partir das instituições em que os poderes concentravam-se, como a burocracia de uma corte, ou os funcionários burocráticos do governo de uma cidade. Estas burocracias proporcionaram o surgimento das primeiras condições gerais de produção (CGP) que permitiram as formas empresariais embrionárias a se converterem em empresas capitalistas de porte maior. Mesmo em vários momentos da história burgueses e gestores trabalhassem em mesmas esferas a origem histórica destas classes não resultou numa convergência, mas sim a processos de desenvolvimento diferentes e com divergência.

Na relação estabelecida com os centros de integração que os gestores se apropriam coletivamente do capital e por isso, são as hierarquias que se definem nessa relação que delimitam o lugar ocupado por eles na repartição da mais-valia que é apropriada de forma global. Geralmente eles são identificados como “assalariados” por não serem detentores da propriedade do capital, porém, a diferença destes para os trabalhadores comuns está contida principalmente nos privilégios que se adquire através da hierarquia por seguros e aposentadorias de montante elevado, ações das empresas recebidas em condições privilegiadas. Juros menores ao se conseguir empréstimos e principalmente os bônus dedicados a eficiência produtiva. Obviamente esse privilégio varia de acordo com os casos, mas tem sentido na medida em que o montante se reduz na escala hierárquica da classe dos gestores. No sistema acionário se define essa melhor forma de apropriação da mais-valia pelos gestores, a partir do momento em que distribuem o lucro aos acionistas destinando a si um considerável montante da mais-valia que gera divergências entre acionistas e os administradores de empresa.

João Bernardo considera que a planificação é desde sempre uma característica de funcionamento do capitalismo ao passo que o individualismo e a livre-concorrência não passa de uma ideologia moral da burguesia. Já a planificação não é um mito, pois corresponde ao funcionamento das instituições integradas e centralizadoras, que os gestores usam como método de amplificação ideológico como se fosse um fenômeno inovador. É nesse ponto que podemos dialogar com o conceito de *tecnocracia*.

A tecnocracia em Adolf Berle Júnior e Walther Rathenau

A partir dos estudos sobre Walther Rathenau e Adolf Berle Junior observamos que suas obras tratam de dois temas intrigantes e suas tentativas de apresentar soluções para recuperação e continuidade do capitalismo em seus respectivos países: O primeiro trata-se da incapacidade burguesa de dirigir o capitalismo e ao mesmo tempo as diretrizes políticas em seus respectivos ambientes geográficos. Para Rathenau, a burguesia nunca foi capaz, a sua passividade mediante a aristocracia militar tratou de colocá-la na Alemanha sempre em uma postura passiva, pois quando teve a oportunidade por dominar a vida econômica alemã, abandonou a direção do país a grupos estamentais que ela tinha dificuldade de controlar, ao contrário, a burguesia via seu projeto de liberalismo ser executado sob o triunfo do militarismo prussiano e a incapaz burguesia acabou sendo um “sócio minoritário” no processo de industrialização da Alemanha e a sínteses que se produziu dessa união entre burguesia e os

junker não eram para Rathenau a melhor maneira de condução de um projeto político e econômico, isso porque pensava ele que a política de industrialização alemã não era a mais racional principalmente por não haver um bom uso dos recursos, principalmente das matérias primas havendo um enorme desperdício que gerava problemas econômicos e sociais, o que o fazia não acreditar na lei de livre-concorrência. Com os problemas nacionais do país e a reconstrução da Alemanha dizia ele:

A ordem econômica existente não soluciona o problema, que muito menos vai ser solucionado pelo sistema comunista. O sistema que nós estabeleceremos, terá as características de uma ordem de economia privada, da mesma forma que a atual, mas não será uma ordem econômica de liberdade desenfreada. Uma vontade coletiva a penetrará, a mesma que em nossos dias enxerta-se em toda obra solidária humana, com exceção apenas da atividade econômica criadora. Será regida por uma moralidade e responsabilidade que em nosso tempo enobrece cada serviço prestado a coletividade. Iremos sorrir quando se referirem à piada daquele que queria comprar um canhão para emancipar-se e por sua própria conta fazer o serviço militar; ninguém pensará em reclamar para si uma linha ferroviária pública ou uma rede telegráfica ou fundar um sistema próprio de jurisdição privada. Com respeito a economia, porém, se admite como seguro, sem mais delongas, porque dela dependem nosso bem estar, nossa prosperidade, nossa civilização e nosso valor, que ela não pode mais existir sobre a forma de liberdade desenfreada, sobre a base da livre-competência e de luta entre os cidadãos. A contemplação da nova estrutura demonstrará que ela também é suscetível a uma ordem sistemática, uma organização consciente, com uma compenetração científica com uma responsabilidade solidária; que sujeita a essas leis e forças reguladoras atingirá resultados muito melhores do que o produzido pelo combate desenfreado de todos contra todos; que poderemos aprender sem restrições e livre de conflitos envenenados, a concentrar-nos no essencial e necessário, sem especular sobre instintos insensatos e sem recompensar a astúcia; assim poderemos oferecer as classes baixas não a oposição eterna, mas a livre cooperação. Uma tendência dupla atravessa todo humano: os elementos psíquicos da religião, da arte e do pensamento variam de sua vinculação étnica à liberdade individual; os elementos mecânico-intelectuais da civilização, da economia, e da dominação das massas variam na troca do trabalho individual isolado a uma união orgânica. A época da mecanização originada por uma imensa multiplicação do número de habitantes, criou à maneira dos fenômenos não intencionais da natureza, um equilíbrio natural provisório que era espontaneamente orgânico, e não voluntariamente organizado. Sem a catástrofe mundial produzida, esse dito equilíbrio podia continuar por mais alguns séculos, apesar de todo o desperdício e toda a destruição. Agora, porém, as forças superadoras da mecanização amadureceram em virtude da calamidade; o que não podia forçar a crise moral o consegue a força material. A necessidade de economizar forças e materiais transforma o equilíbrio instável em outro metódico e organizado, enquanto o homem crê atender a necessidades, atenderá a justiça (RATHENAU, 1942a, p. 36-37).

Adolf Berle nos apresenta esta mesma característica, mas para ele a burguesia não é apenas incapaz, mas nos Estados Unidos, já era fato a sua substituição a partir da ascensão das

Grandes Corporações Modernas, estas já tinham se firmado há muito tempo o campo de atuação de profissionais específicos como administradores de empresa e demais dirigentes que por terem conhecimento organizacional maior tornavam estas empresas não só mais produtivas, mas socialmente importantes para a economia estadunidense, tal economia que já estava passando por uma “revolução” da mudança da propriedade, que tinha como consequência reforçar o poder por parte destes dirigentes de conhecimento específico, tornando a empresa um campo de atuação indiscutivelmente pertencente aos *Gestores* este é o maior apelo de Berle.

É no sentido da propriedade como “revolucionária” que Berle enxerga o melhor caminho para o melhor aproveitamento da produção, o que ocasionalmente não tem apenas o lucro como fator de produção, é essa mudança no locus da propriedade, que faz Berle admitir a grande empresa como uma instituição social e não apenas econômica, pois através dela gerava-se uma melhor forma de distribuição de riqueza, contrariando as ideias de Marx e Proudhon de que a propriedade era “egoísta”, essa distribuição da riqueza erguia-se em potencial nas ações obtidas nas Grandes Corporações que dividiram sua propriedade em sociedades anônimas, essas ações também chamadas de “propriedade passiva” eram a forma mais simples e eficaz de distribuição da riqueza, e isso que dá a ela a sua legitimidade.

Como muitos outros estudiosos americanos, não considero esta distribuição como certa. Ainda sim é verdade que nos Estados Unidos cerca de 1% da população detém aproximadamente 25% de toda a riqueza pessoal dos Estados Unidos – embora, segundo o sistema americano de impostos, apenas cerca de 15% da renda sejam distribuídos a indivíduos. Sua posição vem sendo gradativamente corroída. Marx, baseando sua teoria nas condições do século XIX, imaginou que a classe mais rica teria que, necessariamente, se tornar cada vez mais rica, enquanto que os não-ricos, aos poucos, seriam rebaixados ao nível mínimo de mera subsistência profetizado por Malthus. Isto não aconteceu. Da mesma forma que o sistema americano se desenvolveu, enquanto pequeno grupo detentor da riqueza naturalmente pertencia rico, o resto da população foi evoluindo do proletariado à classe média, mostrando uma tendência para continuar essa ascensão. A minoria detentora de riqueza vai aos poucos perdendo terreno (BERLE, 1965, p. 20-21).

Rathenau tem uma visão muito próxima de Berle, no qual as sociedades anônimas também são percebidas por ele, assim ele considera que todo o sentido político que falta na vida pública havia sido absorvido pela atividade industrial. Dessa forma depositava sua fé nos possíveis avanços e lições que as corporações poderiam oferecer a partir de uma organicidade maior que integrassem os recursos dando uma racionalidade maior a produção e regulação do mercado formando junto com outros setores da produção as empresas mistas. Sobre estas

corporações parecem Rathenau e Berle terem uma consciência similar sobre suas características.

A forma mais simples de compreender a corporação profissional é imaginá-la, quanto a sua forma como sociedade por ações, e quanto a suas atividades como um sindicato. Em dita sociedade por ações participam as empresas particulares segundo as proporções de sua capacidade produtora; elegem seus administradores, e estes por sua vez, nomeiam seus diretores. A corporação pode adquirir seu capital básico através de seus próprios meios, capital que lhe é outorgado pelos seus acionistas ou pelo Estado (RATHENAU, 1942a, p. 62).

Por conseguinte temos em ambos um debate direto com as teorias clássicas da economia, onde ambos contestam o livre-mercado e suas leis, se torna notório em suas obras a insatisfação com os resultados da livre-concorrência, principalmente porque são difíceis de controlar, além do que a modernização das técnicas fez com que as indústrias produzissem um número muito maior do que a procura real poderia absorver. O motivo do lucro era ineficaz, jamais teria imprimido a máquina econômica à aceleração que ela deveria ter e também não foi capaz de assegurar para Rathenau e Berle poder aquisitivo, para garantir a expansão da produtividade em níveis satisfatórios, sendo também incapaz de atender a todas as necessidades humanas que um sistema econômico teria por missão satisfazer. Berle então colocava a seguinte reflexão:

Exemplo impressionante encontramos na queda da República de Weimar. Em 1931, os homens bem intencionados que dirigiam a República Alemã estavam a braços com uma situação de crescente desemprego. Recebiam, entretanto, a melhor assistência disponível em termo de teoria clássica. A doutrina do Dr. Wilhelm Röpke, assessor econômico do Chanceler Heinrich Brüning, iguala em teoria clássica, a política do Governo Herbert Hoover quando a depressão atingiu os Estados Unidos em 1929. “Seja firme, corajoso e confiante. O equilíbrio corrigirá a si mesmo. Não se entregue a uma política de estímulos artificiais ou a esquemas de desafogo. Deixe que os preços encaminhem na direção que quiserem e que as falências se multipliquem. No fim o sistema voltará a uma base saudável; não há outra alternativa”. No caso da Alemanha, esta política preparou o caminho para o Reich nazista de Hitler, da mesma forma que nos Estados Unidos preparou a espetacular derrota do Partido Republicano e o ingresso de Franklin Delano Roosevelt e o *New Deal* no cenário político americano (BERLE, 1968, p. 84).

Contrariando as teorias clássicas as possibilidades vistas por ambos estavam no monopólio, era através deste que se poderia instituir um capitalismo controlado que seria capaz de articular os níveis de produção e preços estabelecendo uma forma melhor de controle. A positividade do monopólio é um dos maiores fatores de superação da economia clássica.

Na realidade, a injustiça está no conceito de monopólio que leva à ruína dos competidores; e efetivamente se trata de um monopólio. Nossa legislação que sempre guarda certo traço de malícia burguesa, tem compreendido subconscientemente o feito e tratado de intervir muitas vezes com os poucos e pobres conceitos que estão ao alcance de sua “língua”: contribuição e imposto. A injustiça não deve, porém, exprimir-se, sem suprimir-se ou transformar-se, de maneira que esteja corrigida (RATHENAU, 1942a, p. 75).

O monopólio em Rathenau seria a junção das Corporações Industriais e das Corporações Profissionais formando a “Indústria Total”, a articulação dessas duas esferas se daria através da regulação feita por mecanismos estatais junto a “grêmios profissionais” ou sindicatos profissionais, essa cooperação traria uma melhor eficiência a produção a fins de atender melhor a população, no qual o lucro não seria a prioridade mas sim uma melhor racionalização no abastecimento e articulação com o mercado internacional (RATHENAU, 1942a, p. 68-69).

Adolf Berle tem como característica de sua obra também reconhecer a potencialidade do monopólio, a sua capacidade de concentração ele dá o nome de “concentrate”. Esse “concentrate” é para ele outra grande vantagem que tem as Grandes Corporações de capital aberto, a sua matemática consiste numa fórmula que não é muito difícil de se explicar: a medida que a empresa cresce, ela precisa de mais capitais para aumentar sua produção e seu lucro, para manter sua autonomia a empresa abre para a sociedade de ações para adquirir capital, isso faz com que ela cada vez menos dependa dos bancos e cresça de forma independente, a medida que a propriedade vai sendo colocada sob o sistema acionário, o proprietário abdica de seu poder decisório e o coloca nas mãos de administradores, esses por sua vez tem maior conhecimento específico que vão desde organizar a produtividade à finanças e melhorar a concorrência. A empresa então passa a ser gigante e acaba por engolir as empresas menores, se tornando praticamente dona do mercado. As empresas grandes não concorrem entre si, há um respeito entre o espaço de mercado entre as Grandes Corporações. Engolindo a pequena empresa, a grande empresa adquire também seu mercado e dessa forma vai sendo formado os monopólios e oligopólios. Para o Estado é muito mais simples regular esses monopólios e também de se estabelecer parcerias onde as Grandes Corporações podem atingir áreas que nem o Estado ou a livre-iniciativa conseguiram, como no começo do século XX o Estado não era capaz de abastecer a energia elétrica da zona rural estadunidense, ficou a capo das Cooperativas e Corporações fazer este papel. Para ele isso teria um coeficiente de eficácia muito maior do que a Livre-Competência.

É um fenômeno lógico. Se a concorrência significa alguma coisa, é que o mais forte prevalece sobre o mais fraco. A economia clássica admitiu implicitamente que os “mais fortes” eram presumivelmente os mais eficientes – hipótese justificada se “eficiência” significa mais do que produzir o melhor ou por preço mais baixo. A capacidade financeira de uma corporação permite-lhe, a menos que a lei não consinta baixar surpreendentemente o preço de suas mercadorias para um grande cliente, a fim de eliminar da disputa um concorrente; ou reduzir seus preços a níveis inferiores aos que cobra ordinariamente, a fim de tomar um cliente do rival. Ou tal capacidade financeira pode permitir que uma corporação, como comprador, exija de um fornecedor, que dela dependa, preço tão baixo que outros se retirem daquele negócio, ou para sobreviver às dificuldades do momento ou à queda dos preços que levam ao desastre as empresas mais fracas. Uma companhia com grandes laboratórios, à frente portanto da demais em desenvolvimento técnico, pode dominar soberanamente determinado setor e quantos sejam capazes de operar nele; a Internacional Business Machine é exemplo desse domínio em sua área de atividade. A eficiência, portanto significa mais do que fabricar um produto melhor a preço mais baixo. Pode significar a preparação de tal torrente de propaganda e publicidade que o cliente compre a marca do que o produto, ao mesmo tempo em que a corporação satisfaz muito mais um hábito do público do que uma necessidade particular ou um gosto. É esta a arena em que as forças de mercado são mais livres, no sentido de que a motivação do lucro e o desejo de ganhar dinheiro encontram o mais amplo campo de ação. Não há motivo para duvidar-se de que a produção e a distribuição foram estimuladas. Pode-se por em dúvida a concentração, contudo, no contexto da república econômica americana, ela demonstrou ser capaz de abastecer o mercado, pelo menos tão rapidamente quando a capacidade do mercado de receber a produção. Ela criou novos produtos que o público aparentemente necessitava – ou foi levado pelas circunstâncias a necessitar deles e comprá-los (BERLE, 1968, p. 154-155).

O segundo tema que tem os autores como eixo de suas obras são as teorias que postulam em prol de uma solução em relação às políticas e organização dos trabalhadores e do próprio trabalho. Nesse sentido observamos que as teorias de capitalismo organizado tiveram sua motivação partindo não só de problemas estruturais do *laissez-faire*, mas também por conta dos inúmeros conflitos entre a estrutura patronal e o operariado agravado principalmente no século XIX como vimos tanto nos Estados Unidos quanto na Alemanha. Estruturar todo um complexo de soluções econômicas a fim de modificar a superestrutura não significaria absolutamente nada caso não pensassem em uma maneira de inserir o proletariado. A partir desse ponto são pensadas, leis trabalhistas e também a regulação do trabalho através do assalariamento e a regulamentação das horas de trabalho. Como vimos o New Deal identificou no trabalho uma forma útil para regular a economia através das contratações coletivas, é esse sentimento coletivo que tentarão desenvolver para uma nova “educação” do trabalhador para que ele se adapte ao novo sistema. Trata-se de educação porque, nesse novo sistema, ideologicamente a expectativa é que se façam trocas com o

trabalhador, concede-se a ele direitos, salários, formação técnica e acadêmica e benefícios para que ele já não se identifique mais com o antigo proletário e através disso evite a estratégia da luta de classes como tentativa de tomar o poder o desestabilizar a ordem vigente, a ideia é transforma-lo em parte desse sistema de integração do capitalismo. É isso que podemos chamar de “*Política do não-conflito*”.

Dessa forma explica-se a rejeição das teorias baseadas no marxismo e no anarquismo, não se trata, por exemplo, de considerar a experiência soviética como um “socialismo real”, mas trata-se de considerar seu plano ideológico como uma ameaça à ordem que se tenta estabelecer, por isso o esforço de tentar colocar essas teorias como insuficientes em contraponto da eficácia do capitalismo regulado. (BERLE, 1968, p.165).

Compreendendo estas questões que Berle se afirma como um propagandista do governo estadunidense sob a perspectiva do New Deal, ressalta a competência do Estado ao mediar os conflitos entre trabalhadores com a criação de agências que reconheciam a sindicalização e também o crédito do Estado também era dado em suspender as medidas judiciais contra os trabalhadores. Para ele se tratava de “reconhecer forças já existentes”, por estas medidas estavam controlados os problemas dos trabalhadores que então podiam até fazer greves desde que não fossem “greves políticas” (BERLE, 1968, p. 168-169).

Considerações Finais

Rathenau se posicionava contra as políticas advindas da luta de classes. Sua teoria implicava em transferir o poder da burguesia para a mão das classes mais baixas. Pensava ele em uma compensação justa para a propriedade que fosse capaz de dar fim a classe proletária criando uma nova ordem social. Não via então na política dos conselhos operários alemães de socialização da indústria a resolução para os problemas de bem estar social da Alemanha, era contra o sistema patronal, mas o proletariado deveria sofrer um processo de reeducação para adquirir a direção do novo sistema econômico deixando então de pertencer àquela classe, dessa forma pretendia produzir à médio prazo uma grande força intelectual. A supressão do sistema patronal então produziria uma transformação nas forças econômico-sociais, esse passo fundamental mudaria o poder decisório sobre as relações econômicas que não justificaria as greves, pois “ninguém pode fazer greve contra si mesmo” (RATHENAU, 1942). Se a sociedade seguisse suas profecias da “Nova Economia”, o problema do trabalho estaria resolvido, onde as greves então perderiam seu sentido econômico e teriam apenas o

sentido político, talvez se fosse vivo encontraria conforto nas palavras de Berle a respeito do New Deal, a respeito da greve afinal seu pensamento não seguia caminhos diferentes:

No princípio, ainda haverá greves, a saber, greves políticas. Mas logo isso irá passar, a compreensão de que, em um sistema de Estado democrata, o consumidor não tem motivo para ver-se exposto a privações, moléstias e sofrimentos corporais, porque uma minoria quer impor sua vontade ao governo. Os protestos políticos da minoria não podem resolver-se constantemente pela luta travada sobre as costas de pessoas a quem não afeta a questão; a nascente instituição democrata o entenderá, a legislação seguirá. Talvez hoje, ainda podem justificar-se, de certo modo, os prejuízos que sofre o consumidor - porque a luta econômica entre os patrões e os trabalhadores atua fora da ordem estatal, porque é anárquica e porque se baseia, por assim dizer, no direito dos punhos, de modo que o não participante que está muito perto, não pode estranhar-se se recebe sua parte – mas em uma economia de administração autônoma, a greve, só é possível como puramente política, e deve ser considerada como uma medida arbitrária imposta por uma minoria contra o Estado (RATHENAU, 1942b, p. 119-120).

Evidenciamos então o surgimento de uma gama de conceitos e teorias que tem suas origens na dialética das contradições entre as disputas de poder entre a burguesia e o proletariado, disputas que tem um longo traço de historicidade como buscamos compreender nos dois primeiros capítulos. A partir desses pontos justificamos o surgimento de ideologias que tem por missão corrigir esses supostos “erros” e “problemas” a fim de criar soluções estruturais, a partir disso surgem os ideais do que chamamos de *Capitalismo Integrado*, damos esse nome às tentativas dos autores/ideólogos de pensar em sistemas no qual o Capitalismo é “controlado”, uma resposta oposta as tradições do liberalismo econômico que por eles já não era mais suportado. Mantemos a palavra “Capitalismo” por que, não consideramos que estes sistemas econômicos propostos pelos autores são capazes de superar a mais-valia, pelo contrário, identificamos estes ideais como resposta contida na própria gênese dos ciclos da mais-valia.

Referências Bibliográficas

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Estado: a silenciosa multiplicação do poder**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

BERLE, Adolf A. & MEANS, Gardiner C. **A moderna Sociedade Anônima e a Propriedade Privada**. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **America Latina: Diplomacia e Realidade.** Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1963.

_____. **A República Econômica Americana.** Rio de Janeiro: Editora Forense, 1968.

_____. **A Revolução Capitalista do Século XX.** Rio de Janeiro: Editora Ipanema, 1954.

_____. **Se Marx Voltasse.** Rio de Janeiro: Record, 1966.

ELIAS, Norbert. **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

GROSSMANN, Catalina & CAHN, Alfredo. **Walther Rathenau: a traves de sus obras.** Buenos Aires: Editorial del Instituto Americano de Investigaciones Sociales y Economicas, 1942.

HERF, Jeffrey. **O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no Terceiro Reich.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMONCIC, Flávio. **Os Inventores do New Deal: Estado e Sindicato nos Estados Unidos nos anos de 1930.** Rio de Janeiro: Mimeo, 2003.

MARTINS, Carlos E. **A Tecnocracia na História.** São Paulo: Alfa Omega, 1975.

_____. **Tecnocracia e Capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1974.

MAY, Henry, MCMILLEN, Neil e SELLERS, Charles. **Uma reavaliação da História dos Estados Unidos: De colônia a Potência Imperial.** Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

RATHENAU, Walther. La nueva economia (1917). In GROSSMANN, & CAHN, 1942a, pp. 13-90.

_____. Economia autônoma (s.d.p.). In: GROSSMANN & CAHN. **Walther Rathenau: a traves de sus obras.** Buenos Aires: Editorial del Instituto Americano de Investigaciones Sociales y Economicas, 1942b, pp. 91-133.

_____. Estado y patria (1918). In GROSSMANN & CAHN. **Walther Rathenau:** a traves de sus obras. Buenos Aires: Editorial del Instituto Americano de Investigaciones Sociales y Economicas, 1942c, pp. 135-151.

_____. La verdadera causa de los errores políticos (s.d.p.). In GROSSMANN & CAHN. **Walther Rathenau:** a traves de sus obras. Buenos Aires: Editorial del Instituto Americano de Investigaciones Sociales y Economicas, 1942d, pp. 153-182.

_____. Exhortacion y advertencia (1911). In GROSSMANN & CAHN. **Walther Rathenau:** a traves de sus obras. Buenos Aires: Editorial del Instituto Americano de Investigaciones Sociales y Economicas, 1942e, pp. 183-213.

_____. Contribucion a la critica de la epoca (1911). In GROSSMANN & CAHN. **Walther Rathenau:** a traves de sus obras. Buenos Aires: Editorial del Instituto Americano de Investigaciones Sociales y Economicas, 1942f, pp. 215-338.

_____. Adonde vamos? (1919-1920). In GROSSMANN & CAHN. **Walther Rathenau:** a traves de sus obras. Buenos Aires: Editorial del Instituto Americano de Investigaciones Sociales y Economicas, 1942g, pp. 339-396.

TRAGTENBERG, Mauricio. **A Falência da Política.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.